

Sujeito e subjetividade: perspectivas teóricas e epistemológicas para a pesquisa em educação

Subject and Subjectivity: theoretical and epistemological perspectives for educational research

Adriana Ziemer Gallert^a

^aProfessora Universitária e Consultora Educacional. E-mail: adrianagallert@gmail.com

Resumo: O presente artigo integra o referencial teórico da tese de doutorado “A constituição subjetiva do professor enquanto sujeito da sua ação” (Gallert, 2016). A discussão sobre o conceito de sujeito parte da compreensão etimológica da palavra, resgata perspectivas teóricas e epistemológicas e aprofunda com a abordagem da Teoria da Subjetividade, de Fernando González Rey. Entender o sujeito e a subjetividade a partir desta abordagem teórica implica rescindir-se de dicotomias como razão e emoção, social e individual, consciente e inconsciente. Implica romper com o paradigma dominante da racionalidade, da fragmentação e do determinismo, a fim de analisar e compreender as pessoas e os contextos sociais em que convivem a partir do processual, do indissociável, do provisório, do imprevisível e do contraditório, na perspectiva de uma abordagem complexa, sistêmica, histórica e cultural sobre a subjetividade e o sujeito. Este referencial fundamentou a realização da pesquisa sobre a constituição subjetiva de um professor que, mesmo em meio ao contexto desafiador e complexo dos seus espaços de atuação profissional, vivia a docência de maneira propositiva e ativa, possibilitando analisá-lo na perspectiva do conceito de sujeito.

Palavras-chave: Sujeito; Subjetividade; Teoria da subjetividade; Professor; Pesquisa em educação.

Abstract The present article integrates the theoretical framework of the doctoral thesis "The subjective constitution of the teacher as a subject of their action" (Gallert, 2016). The discussion on the concept of subject starts from the etymological understanding of the word, recovers theoretical and epistemological perspectives and deepens with the approach of the Theory of Subjectivity, by Fernando González Rey. Understanding the subject and subjectivity from this theoretical approach implies renouncing dichotomies such as reason and emotion, social and individual, conscious and unconscious. It implies breaking with the dominant paradigm of rationality, fragmentation, and determinism, in order to analyze and understand people and the social contexts in which they live from the perspective of the processual, the inseparable, the provisional, the unpredictable, and the contradictory, in the perspective of a complex, systemic, historical, and cultural approach to subjectivity and the subject. This framework grounded the research on the subjective constitution of a teacher who, even in the challenging and complex context of their professional spaces, lived teaching in a proactive and active way, making it possible to analyze them from the perspective of the concept of subject.

Keywords: Subject; Subjectivity; Theory of subjectivity; Teacher; Educational research.

Submetido em: 29/11/2024.

Aceito em: 13/03/2025.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre o conceito de sujeito apresentadas neste artigo integram o referencial teórico da tese de doutorado “A constituição subjetiva do professor enquanto sujeito da sua ação” (Gallert, 2016). A pesquisa teve por objetivo analisar a constituição subjetiva do professor que se configura enquanto sujeito da sua ação. Assumimos a compreensão do conceito de sujeito a partir da Teoria da Subjetividade, de González Rey (2004a, 2005a, 2007, 2010, 2014), ou seja, a pessoa capaz de gerar um espaço próprio de subjetivação em suas diferentes atividades humanas. Adotamos procedimentos metodológicos alicerçados na Epistemologia Qualitativa, elaborada pelo mesmo autor (González Rey, 1997, 2002, 2005b, 2010, 2014), a partir dos seguintes princípios: o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento; o caráter dialógico da investigação; e o valor do estudo de casos singulares como instância legítima de produção do conhecimento.

Realizamos a pesquisa em uma escola pública de Ensino Médio, em Palmas – TO, com o estudo de caso de um professor, a quem denominamos de Nicolás, selecionado a partir do acompanhamento de um grupo de docentes. No processo metodológico de construção das informações realizamos dinâmicas conversacionais, observações, discussão em grupo, completamento de frases, Diário e Linha do Tempo. A construção interpretativa possibilitou compreender a constituição subjetiva do Professor Nicolás a partir de elementos subjetivos que o configuravam no seu momento atual. Os elementos subjetivos da sua constituição possibilitaram compreendê-lo na perspectiva do conceito de sujeito, ou seja, “ser sujeito expressa uma qualidade subjetiva da pessoa no curso da ação. O sujeito é aquele indivíduo ou grupo que é capaz de gerar um caminho alternativo de subjetivação dentro do espaço normativo

institucional em que atua” (Mitjáns Martínez; González Rey, 2017, p. 58).

Partindo desta contextualização sobre a pesquisa que desenvolvemos, cujos resultados são brevemente mencionados neste artigo¹, apresentamos uma discussão teórica sobre o conceito de sujeito. Começamos com a compreensão etimológica da palavra, após resgatamos perspectivas teóricas e epistemológicas e seguimos com o aprofundamento do conceito na Teoria da Subjetividade, de Fernando González Rey.

2 O CONCEITO DE SUJEITO: COMPREENSÃO ETIMOLÓGICA

Quando estudamos um conceito nos surpreendemos com as várias nuances de significados dos distintos olhares que se debruçam na elaboração de explicações sobre a sua compreensão. Tais explicações não acontecem no vazio, mas estão inseridas em contextos históricos, sociais, políticos e culturais em que os autores se situam.

Assim, ao buscarmos compreender a constituição subjetiva do professor enquanto sujeito no seu contexto de atuação profissional, tomamos como ponto de partida a compreensão do conceito de sujeito, assunto que é abordado em várias áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, dentre outras.

Iniciamos o nosso percurso teórico com a compreensão etimológica. Encontramos que a palavra sujeito deriva do latim *subjectu*, sendo definida com os seguintes significados:

Subjectu ('posto debaixo'). 1. Súdito. 2. Escravizado, cativo. 3. Obrigado, constrangido, adstrito. 4. Que se sujeita à vontade dos outros; obediente, dócil. 5. Dependente, submetido. [...] (Ferreira, 2004, p. 1892).

Em outro dicionário encontramos significados semelhantes:

1. Que se sujeitou ao poder do mais forte; súdito. 2. Que se conforma; que se deixa guiar por alguém ou por alguma coisa. 3. Domado, escravizado, cativo; que não tem vontade própria. 4. Dependente, submetido, comprometido a obedecer [...]. (Larousse Cultural, 1999, p. 847).

Conforme Gaulejac (2004/2005), essa compreensão do conceito de sujeito está relacionada com o momento histórico da sociedade medieval, período em que a força física de dominação e poder entre as classes sociais era um fator determinante no papel que cada pessoa assumia no seu contexto.

Etimologicamente, segundo o dicionário histórico de língua francesa, o termo sujeito vem do latim *subjectus* [...]. “*Sub*” marca a posição inferior e “*jacere*”, o sentido de jogar fora. Encontramos o termo no antigo francês *sugéer*: manter na submissão ou, ainda, *sougire* que significa submeter pela força das armas ou de outro modo. O termo remete, portanto, inicialmente à ideia de submissão. Ele se aplica a uma pessoa submissa à autoridade de uma outra. Daí vem o uso de sujeito do rei, do senhor que remete ao status de vassalo e de justiciável, portanto, de sujeitado ao poder legal. A sujeição evoca a ação de colocar sob, diante, em seguida de”, que encontramos nos termos vizinhos de submissão e de sujeição, isto é, da situação de uma pessoa submetida a uma autoridade coercitiva ou soberana. (Gaulejac, 2004/2005, p. 73).

As abordagens que o autor apresenta, apesar de se situarem no contexto francês, coincidem com os significados que encontramos nos dicionários da Língua Portuguesa. Além disso, suas colocações nos fazem refletir sobre como um conceito muda o seu significado no decorrer da história, no processo das transformações que

acontecem na sociedade e nas relações entre as pessoas. No período da Idade Média as relações hierárquicas entre as classes sociais eram mais visíveis, sendo que o conceito de sujeito traz essa ideia na sua constituição histórica. A ideia do súdito, da pessoa que obedecia às ordens do seu superior, caracterizou a maneira como aconteciam as relações sociais nesse período histórico da humanidade.

Entretanto, considerando as características da sociedade contemporânea, atualmente o conceito de sujeito sofre alterações e assume outros significados. Apesar das mudanças, a situação de submissão ainda se faz presente, porém de maneiras diferentes em relação ao período da Idade Média. Podemos dizer que a submissão atualmente talvez seja mais sutil, ideológica e simbólica, explicitando questões sociais, culturais, econômicas, políticas, dentre outras. E, nessa perspectiva, atualmente torna-se incoerente dizer que uma pessoa submissa é um sujeito. O adequado, no atual contexto, seria dizer que a pessoa que aceita e assume uma postura de submissão torna-se sujeitada a algo ou a alguém.

Tomando ainda como referência as definições dos dicionários, Ferreira (2004, p. 1892) define sujeito da seguinte maneira: “ser individual, real, que se considera como tendo qualidades ou praticando ações”. Nesse contexto, a definição do conceito assume uma abordagem paradoxal em relação ao significado etimológico da palavra. Ao analisar esse paradoxo, Tomanik (2009) argumenta que:

[...] temos, aí, uma primeira contradição: a palavra ‘sujeito’ pode ser usada tanto para indicar alguém que está submetido a um poder externo, quanto o oposto, alguém capaz de agir de forma independente. (Tomanik, 2009, p. 35).

Frente a isso, Tomanik afirma ainda que estudar o conceito de sujeito “é penetrar em um território inóspito e

tenebroso” (Gaulejac, 2005, p. 33), pois as divergências de ideias entre os autores constituem uma das características principais dessa discussão teórica.

Outra reflexão importante encontramos em Coelho (2009) quando, ao analisar diferentes concepções do conceito de sujeito e suas repercussões nas concepções de aprendizagem que norteiam as práticas docentes, argumenta que

Diferentes conjuntos de termos eram/foram/são utilizados na tentativa de captar a complexa peculiaridade que a noção de sujeito encerra. No senso comum, *sujeito* alinha-se com *indivíduo*, *pessoa*, *eu*. Na tradição filosófica, encontramos as expressões *alma*, *ser*, *espírito*, que na tradição psicológica se tornam *consciência*, *mente*, *personalidade*, *self*. Na Pedagogia, reiteradamente aparece complementado pelos verbos que indicam os processos característicos do contexto educacional. Fala-se, assim, do *sujeito do aprender* e do *sujeito do ensinar*. Independente da tradição que as utiliza, as expressões procuram traduzir uma noção humana específica, em que, evidentemente e de alguma forma, subjetividade e sujeito se implicam. (Coelho, 2009, p. 33, grifos da autora).

Frente às várias possibilidades de análise e estudo do conceito de sujeito, a autora nos coloca frente ao desafio da opção epistemológica no processo investigativo. Quando pesquisamos é imprescindível explicitar as escolhas teóricas que fundamentam a maneira como compreendemos o nosso problema de pesquisa. Este posicionamento do pesquisador relaciona-se com a compreensão epistemológica que assume na sua investigação. Assim, na sequência apresentamos a discussão que fundamentou a opção epistemológica do conceito de sujeito na nossa pesquisa sobre a constituição subjetiva de professores no cotidiano da sua profissão.

3 O CONCEITO DE SUJEITO: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS

Dando sequência, apresentamos as referências teóricas que assumimos em relação ao conceito de sujeito, discutindo inicialmente as contradições, convergências e divergências a partir da crise epistemológica do século XX. Esse século se caracterizou por importantes críticas e reflexões sobre as demarcações do campo científico, constituindo um processo de transição com questionamentos em relação ao paradigma dominante na época.

O processo histórico da Ciência, do século XVI ao XIX, se encaminhou na perspectiva de consolidar o modelo da racionalidade como paradigma dominante (Santos, 2008). Tal modelo referendou a ciência moderna calcada em princípios de comprovação, verificabilidade, quantificação e generalização dos conhecimentos. Essa perspectiva buscava blindar os conhecimentos científicos inclusive em relação ao próprio pesquisador, pois sua participação deveria ser totalmente imparcial, minimizando e neutralizando suas influências para que os resultados fossem verdadeiros e confiáveis.

Esses princípios faziam parte inicialmente da área das Ciências Naturais, a qual resumia o que era considerado como Ciência até o século XIX. Os demais conhecimentos eram considerados como

[...] formas de conhecimento não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos) (Santos, 2008, p. 21).

Assim, valorizava-se aquilo que poderia ser quantificável e o que apresentava regularidades e ordem, possibilitando a formulação de leis e regras

que pudessem ser generalizadas, testadas e validadas por outros cientistas. Tais pressupostos assentavam-se ainda na redução da complexidade, sendo necessário “dividir e classificar para depois poder determinar as relações sistemáticas entre o que se separou” (idem, p. 28).

Inserida nesse contexto, a área das Ciências Sociais, emergente a partir do século XIX, para ser aceita socialmente e validada com o status de científica, fundou-se a partir dos princípios da racionalidade. Nessa perspectiva, seu processo de elaboração do conhecimento se assentou em procedimentos mecanicistas, deterministas e positivistas (Santos, 2008). Tais procedimentos se pautavam em circunstâncias como, por exemplo: havia uma preocupação centrada na elaboração dos instrumentos de coleta dos dados e nos procedimentos de análise, garantindo a confiabilidade dos resultados e as possibilidades de generalização; a quantificação dos resultados era mais valorizada em relação às reflexões e à produção teórica do pesquisador; a imparcialidade na produção teórica era importante a fim de garantir o distanciamento do pesquisador e a validade dos conhecimentos sistematizados.

Tal situação trouxe sérias consequências para as Ciências Sociais, pois a despersonalização dos conhecimentos em uma área que aborda diretamente as questões humanas e sociais possibilitou apenas uma aproximação parcial dos temas estudados. Os fatos, as situações e os problemas analisados abordavam dimensões externas, observáveis e mensuráveis, sendo desconsiderados os aspectos culturais, sociais e subjetivos, pois eram imprevisíveis, complexos e inviabilizavam a objetividade dos conhecimentos científicos da época. Assim, a exigência da neutralidade científica do pesquisador fez com que a Ciência se constituísse como uma ciência sem sujeito. Conforme

argumentam González Rey e Mitjáns Martínez (2016, p. 6),

La visión de una ciencia objetiva, natural, empírica e instrumental llevó a la emergencia del positivismo en el siglo XIX. Este fue el resultado de un proceso que, gradualmente, llevó a una visión única de ciencia que, regida por principios universales, sacralizó e ideologizó el carácter empírico, instrumental y objetivo de la empresa científica. En el plano ontológico, tal concepción representó una negación radical de la subjetividad que, implícitamente, pasó a ser asociada con lo imperfecto de la condición humana. Se fue desarrollando una representación de hombre exitoso que integró muchos de los puntos débiles del eufemismo occidental del progreso. Esto es, el carácter machista, frío, calculador, objetivo, capaz de dominar sus emociones, como los atributos que debían integrar a esse hombre de éxito. De esta manera, la ciencia fue despojada de su carácter humano y la subjetividad fue excluida de todos los dominios institucionales occidentales. (González Rey; Mitjáns Martínez, 2016, p. 6),

Entretanto, a história é um processo vivo e em constante movimento. Além disso, a história da Ciência também é humana, isto é, os cientistas são seres humanos que vivem, sentem, pensam e sistematizam suas teorias imbricadas na constituição da sua subjetividade. Seu envolvimento com os temas que elegem e selecionam para a realização das suas pesquisas não acontece por acaso, mas inserido no contexto da sua emocionalidade, sua historicidade e dos seus interesses pessoais e sociais. Entendemos os processos históricos da Ciência nessa perspectiva fundamentados também em González Rey (2004a) quando argumenta que

[...] As posições racionais do ser humano são, na realidade, produções de sentido, na medida em que se organizam sobre a base dos interesses e necessidades relacionados aos

contextos desde os quais atua, e a partir de suas histórias nesses contextos. Isso situa no centro da potencialidade mobilizadora da razão uma emocionalidade comprometida com uma história e com uns valores que não são iguais para cada nação, grupo social, família ou pessoa que se situam em culturas diferentes. A razão está subordinada a uma produção histórica de sentidos e não ao contrário. (González Rey, 2004a, p. 130)

Assim, os movimentos da história científica não são lineares e imparciais, mas são contraditórios, complexos, subjetivos e desafiadores devido aos diversos posicionamentos que os cientistas assumem frente às ideias que defendem. Com isso, imbuídos desse processo humano e social, os princípios da racionalidade foram questionados pelos próprios pesquisadores da área das Ciências Naturais, e o paradigma dominante começou a atravessar uma profunda crise. Conforme Santos (2008), esse movimento científico aconteceu em virtude das seguintes condições sociais e teóricas decorrentes das descobertas que esses pesquisadores defenderam:

Como primeira condição, explica que “[...] a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda” (idem, p. 41). Nessa abordagem o autor destaca a importância do físico Albert Einstein em relação a questionar o rigor das leis de Newton e defender a ideia da relatividade e da simultaneidade de acontecimentos observados e pesquisados pelos cientistas;

A segunda condição teórica apresentada por Santos (2008) foram as ideias defendidas pela mecânica quântica, destacando que os físicos “Heisenberg e Bohr demonstram que não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, sem o alterar” (p. 43), inserindo os

princípios da incerteza e da probabilidade como pilares do conhecimento científico;

A terceira condição da crise do paradigma dominante foram as investigações do matemático Kurt Gödel que defendeu “o teorema da incompletude (ou do não complemento) e os teoremas sobre a impossibilidade, em certas circunstâncias, de encontrar dentro de um sistema formal a prova de sua consistência”, mostrando que, “mesmo seguindo à risca as regras da lógica matemática, é possível formular proposições indecidíveis, proposições que se não podem demonstrar nem refutar” (Santos, 2008, p. 45);

E a quarta condição Santos (2008) situa nas investigações do físico-químico Ilya Prigogine, que defendeu a teoria das estruturas dissipativas e o princípio da ordem através de flutuações em sistemas abertos, argumentando que

A importância desta teoria está na nova concepção da matéria e da natureza que propõe, uma concepção dificilmente compaginável com a que herdamos da física clássica. Em vez da eternidade, a história; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade, a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente (Santos, 2008, p. 48).

Dessa maneira, a crise do paradigma da racionalidade trouxe a inserção do sujeito e da subjetividade com caráter de cientificidade nas inúmeras possibilidades da sua contribuição frente à compreensão de problemas complexos. Nessa perspectiva, entendemos que um dos questionamentos que emerge como possibilidade investigativa é o próprio conceito de sujeito que, inserido na trama complexa do percurso histórico da Ciência, foi abordado a partir de diferentes enfoques. Esse percurso histórico conceitual é analisado na trajetória da Psicologia em várias publicações de

González Rey (1997, 2004a, 2005b, 2009a, 2011a, 2013a), concluindo que

La idea de sujeto racional, transparente y consciente, que tanto peso tuvo en la cultura romántica y humanista, entró, así, en crisis. Sin embargo, la crítica a las posiciones individualistas en relación al sujeto, en lugar de conducir a nuevas formas de pensarlo, lo excluyeron, primero en nombre de la estructura y después, con el advenimiento del post-estructuralismo, en nombre de las prácticas discursivas. Sujeto, subjetividad, conciencia, o cualquier proceso que apuntara al carácter generador de la persona, quedaron excluidos del repertorio de las ciencias sociales. (González Rey, 2013a, p. 23),

Nessa perspectiva, a mudança no enfoque do conceito de sujeito, como possibilidade de compreendê-lo acerca do processo de vir a ser, valorizando o caráter gerador do próprio sujeito, trouxe uma contribuição importante no percurso dessa construção teórica. Compreender que ser sujeito não é algo dado, ou algo explicado de maneira generalizada e padronizada, trouxe o legado da construção teórica de autores que se dedicaram a analisar a temática a partir da singularidade e dos contextos sociais e culturais implicados nesse processo.

Um dos autores que defende essa perspectiva é o sociólogo e historiador francês Alain Touraine (1925 – 2023) que, a partir dos seus estudos sobre a sociedade pós-industrial, busca substituir uma sociologia do sistema social por uma sociologia do ator (Touraine, 1998, 2004). Discute que, a partir das transformações provocadas pela modernidade, com o desenvolvimento capitalista e a revolução industrial, as pessoas se tornaram mais individualistas no sentido de traçar o seu “caminho individual, isto é, combinando [sua] participação no mundo planetário das técnicas, dos mercados e do consumo, com a defesa das orientações culturais

recebidas ou criadas” (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 9)².

Nessa perspectiva, no processo de construção da sua teoria, na década de 1970 defendia o conceito de ator social, como uma crítica à análise da sociedade do indivíduo. Entretanto, a partir de 1990 passou a compreender que havia a necessidade de discutir sobre o processo de passagem do ator social para o sujeito. Foi nesse contexto que incluiu o conceito de sujeito, conforme explica:

O ator social era caracterizado pelo primado absoluto da esfera pública sobre a do privado e também pela inserção do lugar das lutas na primeira esfera, e isso, frequentemente, em detrimento da segunda. Atualmente, a vida privada apresenta uma importância capital para o sujeito: não que se trate para ele de confinar-se nesse local, mas porque lhe é conveniente encontrar uma tradução adequada da vida privada no espaço público. A articulação entre o privado e o público torna-se essencial e dá sentido a novas formas de mobilização social. [...] O sujeito é, por isso mesmo, mais “realista”, bem mais “pé no chão” do que o ator social [...], o sujeito está solidamente ancorado na vida cotidiana. Esse aspecto do sujeito, seu enraizamento na vida privada e sua aspiração a dar sentido a essa vida, articulando a experiência privada à pública e, como retorno, lendo o público a partir das referências concretas do privado, é seu traço distintivo. (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 19).

Nessa colocação percebe-se que os argumentos do autor indicam sua crítica em relação a uma leitura da sociedade e dos sujeitos que centraliza o viés de análise na organização política e econômica. Ele busca romper com essa visão enfatizando que, na sua discussão sobre o conceito de sujeito, os aspectos políticos e econômicos não são desconsiderados, mas passam a fazer parte da vida privada e não somente da vida pública do cidadão. O sujeito está, então, na articulação entre o público e o privado (Touraine, 1998; Touraine; Khosrokhavar, 2004). Assim, critica as

teorias que centralizam suas explicações sobre o sujeito nas questões de poder e na divisão do trabalho, argumentando que

Nossa capacidade de agir sobre nós e sobre nosso ambiente não cessa de aumentar, para o melhor ou para o pior. As décadas passadas acreditaram nas leis da natureza humana ou naquelas da sociedade e produziram uma caça ao sujeito. Hoje mesmo, procura-se por todos os lados convencer-nos de que o sistema econômico internacional tem uma lógica irresistível. Afirmamos o contrário: os fatores não-econômicos, em particular a inovação e a educação, têm efeitos bastante favoráveis para o crescimento. Da mesma maneira, as causas das crises econômicas regionais são muito mais internas, sociais e políticas do que exteriores. As margens de escolha aumentam. Temos a necessidade de uma sociologia da ação, como eu dizia no início de minha vida profissional, de uma sociologia do sujeito, digo hoje, dando muito mais importância à ética do que à política; uma política que se vê, por outro lado, ultrapassada pela economia globalizada e pela irrupção de técnicas. (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 12-13).

Ao apresentar discussões nessa perspectiva, Touraine destaca os movimentos contraditórios e complexos da constituição do sujeito, levantando questionamentos como: “a grande questão não é mais: ‘como funciona uma sociedade?’; mas sim: como um indivíduo e/ou um grupo podem criar, manter e transformar sua singularidade, ao mesmo tempo em que guardam valores universalistas?” (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 28). E questiona adiante: “[...] como sobreviver pessoalmente num mundo que destrói a individualidade, a autonomia?” (p. 35). Tais argumentos evidenciam uma busca pela compreensão do sujeito na relação indissociável entre circunstâncias individuais e sociais, as quais estão constantemente imbricadas, constituindo o sujeito e sendo por ele

constituídas. Com isso, compreende que o processo de tornar-se sujeito acontece por meio da

[...] capacidade de refletir sobre si próprio para poder reconhecer-se na vida que cada um leva, que nos é imposta pelo nascimento, pelo desemprego, pela televisão, pelos poderes, etc. Poder reencontrar-se na vida, fazendo de modo que minha vida seja a *minha vida*. (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 36, grifo do autor).

A partir desses argumentos inferimos que Touraine enfatiza a importância e necessidade de liberdade do sujeito em relação à organização social, tendo condição de refletir sobre si com autonomia, apesar de estar inserido em um sistema que pressiona e impõe diversas ideologias. Assim, o que Touraine (1998; 2004) mostra no processo de construção da sua teoria, é que antes defendia somente o conceito de ator social, porém percebeu uma incompletude nessa abordagem que precisava de uma explicação sobre o *a priori* desse momento: “Num primeiro momento, lutei durante 30 anos para defender a ideia do ator, mas hoje me parece muito mais pertinente insistir na ideia de sujeito, pois só é ator quem se constitui como sujeito de sua própria vida e de seus atos” (Touraine; Khosrokhavar, 2004, p. 107).

Considerando as abordagens apresentadas, entendemos que Touraine contribui com o desenvolvimento teórico do conceito de sujeito em uma perspectiva complexa e sistêmica. Entretanto, apesar das suas contribuições, consideramos que González Rey, ao desenvolver a Teoria da Subjetividade, avança e contribui com um maior aprofundamento ao investigar sobre o potencial do caráter gerador da subjetividade. Assim, na sequência apresentamos algumas abordagens desta teoria, com os conceitos que subsidiaram as análises da nossa pesquisa sobre a constituição subjetiva de professores no complexo contexto da docência.

4 SUJEITO E SUBJETIVIDADE: A TEORIA DA SUBJETIVIDADE, DE GONZÁLEZ REY

Compreendemos que o aprofundamento teórico sobre o sujeito e a subjetividade se apresenta como uma das importantes contribuições do psicólogo cubano González Rey (1949 – 2019)³, que desenvolveu a Teoria da Subjetividade desde a década de 70. A partir de investigações nas áreas da saúde, da psicologia e da educação, essa teoria se constitui em um referencial teórico e epistemológico para estudos e pesquisas de temas complexos, superando a visão fragmentada do sujeito no decorrer da história da psicologia. Assim, esse autor aprofunda a compreensão do conceito de sujeito na perspectiva das produções subjetivas que possibilitam o processo de constituir-se enquanto sujeito no percurso da vida social de cada pessoa.

Partindo da crítica e do questionamento acerca da visão positivista das pesquisas e dos estudos em Psicologia, o autor se posiciona assumindo como alicerces as abordagens da complexidade e da perspectiva histórico-cultural. Suas bases teóricas e fontes de inspiração assentam-se principalmente na Teoria da Complexidade (Morin, 1998, 2005; Morin; Le Moigne, 1999) e na psicologia soviética, com destaque para os trabalhos de Vigotsky (1983, 1987, 1997, 1998, 2003), além de “contribuições de outros autores soviéticos de diferentes tendências teóricas, tais como: Bozhovich, Abuljanova, Chudnovsky, Nepomniachaiya, Bratus, Asmolov, entre outros” (Rossato; Martins; Mitjáns Martínez, 2014, p. 38).

Entender o sujeito e a subjetividade a partir desta abordagem teórica implica rescindir-se de dicotomias como razão e emoção, social e individual, consciente e inconsciente. Implica romper com o paradigma dominante da racionalidade, da fragmentação e do determinismo, a fim de analisar e compreender as pessoas e os contextos sociais em que convivem a partir do processual, do indissociável, do

provisório, do imprevisível e do contraditório (González Rey, 2005b, 2011a, 2013a). Além disso, implica ainda compreender que as pessoas constituem-se no curso da sua história de vida, nas relações e interrelações com o outro, com a cultura, o contexto social, político, econômico da sua época e dos seus espaços sociais de convivência.

Partindo de tais pressupostos, González Rey (2004b) argumenta que:

O sujeito é um momento inseparável de uma teoria da subjetividade em uma perspectiva histórico-cultural, pois sem sujeito a subjetividade permaneceria a-sujeitada e substanciada em um plano intrapsíquico, o que não permitiria superar o essencialismo ao qual esteve associada a representação de subjetividade em algumas tendências do pensamento moderno, e que tanto dificultam, ainda hoje, o uso do termo. (González Rey, 2004b, p. 22).

Suas proposições evidenciam a necessidade de repensar esse conceito, superando os determinismos, os padrões apriorísticos e o transcendentalismo, para considerar as possibilidades e os desafios dos momentos reais e concretos vividos por cada pessoa, situações nas quais constituem e expressam a sua subjetividade. Nessa perspectiva, González Rey (2005b) sustenta sua teorização apresentando os diferentes momentos como o conceito de sujeito foi abordado na história da Psicologia, alguns dos quais já mencionamos anteriormente.

Inicialmente apresenta a influência das tendências filosóficas da modernidade, fundamentadas principalmente no racionalismo cartesiano, que firmaram a ideia do sujeito da razão, produtor de verdades absolutas e com capacidade de dominar o mundo e a si mesmo. Como oposição a essa ideia, a fenomenologia defendeu a ideia do sujeito transcendental, que “terminou por separar o homem da história e do seu mundo real” (González

Rey, 2005b, p. 221), pois teve como foco central a compreensão do homem a partir dele próprio, desconsiderando o contexto no qual estava inserido. Discordando dessas duas abordagens, o movimento pós-estruturalista criticou o racionalismo e o essencialismo, desenvolvendo uma psicologia dessubjetivada e sem sujeito, “que se tem caracterizado mais pelo empirismo de suas construções e pelo caráter metafísico de seus princípios universais, que pelo reconhecimento da processualidade” (González Rey, 2005b, p. 222).

Como contraponto a essas vertentes, González Rey (2005b) defende a importante contribuição do marxismo na elaboração das teorias psicológicas, pois,

[...] pela primeira vez, representa no pensamento filosófico o caráter histórico e social do homem, que supunha o trânsito de um sujeito universal, fechado dentro de um conjunto de categorias metafísicas, para um sujeito concreto, que mostra em sua condição atual a síntese de sua história social, não como acumulação, mas como expressão de uma nova condição. (González Rey, 2005b, p. 222).

Assim, assume como pressuposto epistemológico para o estudo da subjetividade a perspectiva histórico-cultural, fundamentada no marxismo, principalmente a psicologia soviética com os trabalhos de Vigotsky. A psique passa a ser analisada como um sistema complexo e em constante processo de desenvolvimento, centrando suas reflexões no sujeito, na sua história de vida e nos contextos sociais em que vive.

Nessa perspectiva, depreende-se, na compreensão do conceito de sujeito, que os momentos de imprevisibilidade, contradição, processualidade, tensão, conflito, dentre outros, são circunstâncias imbricadas na trama complexa das relações que se estabelecem no cotidiano, tecendo o processo de constituição

subjetiva singular e único como cada pessoa vive e se posiciona perante os desafios que se interpõem na sua vida. Tanto as situações complexas como as cotidianas demandam algum tipo de manifestação, sendo a expressão da constituição subjetiva singular em cada pessoa, constituinte e constituidora da maneira como as circunstâncias são vividas pelos grupos sociais e pelas pessoas. Considerando a complexidade como acontecem tais relações, González Rey (2004a) argumenta que:

O sujeito representa a possibilidade de particularização dentro dos processos normativos de toda a sociedade e, nesse sentido, está associado ao caráter processual e a tensão que caracterizam a vida social, marcando um processo suscetível de mudanças permanentes e inesperadas, e não um sistema submetido a leis supraindividuais que decidem o destino da história. (González Rey, 2004a, p. 149).

Na compreensão do autor, a relação entre o sujeito, a sociedade e o curso da história precisa ser compreendida a partir de uma análise que se aproxima da vida cotidiana, da imprevisibilidade das tensões e mudanças que ocorrem nas relações entre as pessoas a partir das situações do seu contexto. Defende que o sujeito é um ser humano ativo, situado no seu momento histórico e no espaço em que vive, atuando com o seu pensar, sentir, refletir e agir, interferindo na sociedade e sendo por ela provocado, em um movimento de recursividade. Reafirma esse pressuposto ao afirmar que:

Reconhecer a capacidade de tensão e ruptura do sujeito individual não significa libertá-lo de seu caráter social em seu papel de sujeito subjetivado. Pois seu caráter subjetivo, embora se desenvolva em vários campos de ação, se expressa como processo permanentemente que entra em contradição com a estabilidade relativa que resulta de sua configuração histórica. (González Rey, 2004a, p. 154).

Desse modo, compreender o sujeito significa aproximar-se do universo da sua singularidade, na indissociabilidade com o contexto social. O sujeito não toma decisões isoladamente, mas parte de uma leitura e de um entendimento do seu momento histórico e do seu contexto social. Suas ações repercutem no seu entorno e provocam mudanças no curso das situações vividas nos coletivos em que atua, assim como as intervenções dos outros também modificam, de forma dinâmica e processual, a constituição da sua subjetividade.

Nesse processo constante e ininterrupto de relações sociais que constitui o ser humano, González Rey (2010) argumenta que é sujeito

[...] a pessoa ativamente envolvida na delimitação e desenvolvimento de espaços pessoais dentro das atividades sociais que desenvolve. A pessoa como sujeito é capaz de se posicionar e de se confrontar a partir de seus projetos, pontos de vista e reflexões pessoais, sempre que esses processos representem produções de sentido subjetivo. O sujeito existe na tensão com o estabelecido. (González Rey, 2010, p. 11).

Considerando que o cotidiano da vida se configura por momentos diferentes, vividos tanto com situações rotineiras, como com desafios, tensões e problemas que requerem posicionamentos com uma intensidade maior ou menor de emocionalidade, a colocação do autor nos permite inferir que ser sujeito é algo vivido de forma inconstante pelas pessoas. Ou seja, as pessoas não são compreendidas como sujeito em todos os momentos da sua vida, pois nem sempre as situações vividas demandam posicionamentos que implicam sua emergência com posturas mais ativas.

Além disso, até mesmo as circunstâncias em que o confronto com ideais e projetos pessoais se faz presente, pode provocar ou não a emergência do

sujeito. Nesse processo, a pessoa pode “subordinar-se às várias ordens que caracterizam a institucionalização dos espaços em que se desenvolve, ou gerar alternativas que lhes permitam opções singulares dentro de sua socialização nesses espaços” (González Rey, 2004a, p. 149), situação relacionada com a maneira como se constitui a sua subjetividade. Tais manifestações podem acontecer quando a situação vivida provoca diferentes maneiras de ser, pensar, sentir e agir, gerando a produção de sentidos subjetivos, em um movimento de se colocar ou não como sujeito frente aos desafios do cotidiano.

A construção teórica desses argumentos do autor indica ainda que o sujeito, entendido como a pessoa ativa nos seus espaços de relação social, pode ser tanto aquele que evidencia explicitamente sua participação no plano da ação, como também aquele que é menos evidente em um grupo social. Isso porque há pessoas que são mais reservadas em momentos coletivos, mas que, em pequenos grupos ou mesmo individualmente, expressam ter iniciativa e articulação para resolver as demandas cotidianas da sua vida. Além disso, considerando que existem espaços de relações sociais repressivas, isso não significa que neles não haja a emergência do sujeito, pois esse processo acontece na processualidade dos sentidos subjetivos que cada pessoa produz de maneira articulada com os contextos sociais da sua convivência. Sobre essa perspectiva, o autor argumenta que

El sujeto puede no expresar procesos alternativos de subjetivación en sus prácticas cotidianas, pues entre los propios procesos de subjetivación y la práctica no se da una relación directa e inmediata; sin embargo, puede estar madurando, a nivel subjetivo, nuevas formas de acción dentro de los espacios sociales en que actúa, cuya expresión puede ser sorpresiva. Por tanto, en nuestra definición sobre la subjetividad destacamos al sujeto como una forma cualitativa

diferenciada de la persona, orientada a abrir espacios propios de prácticas y de procesos de subjetivación en los diferentes grupos e instituciones en los que actúa. (González Rey, 2011a, p. 215).

Depreendemos dessa reflexão que a compreensão de González Rey sobre o conceito de sujeito articula-se de maneira indissociável com a produção de sentidos subjetivos, os quais “[...] constituyen la organización simbólico-emocional que toma la experiencia vivida y se expresan en las más diversas manifestaciones humanas, pero nunca se develan en su integridad en ninguna de ellas tomadas por separado” (2011a, p. 208).

Frente ao exposto, compreendemos o quanto González Rey, no desenvolvimento da sua teoria, atribui uma importância significativa ao sujeito, pois sem ele não há produção de sentidos subjetivos. A subjetividade não existe sem o sujeito. Esse sujeito não é um objeto de estudo passivo, mas um ser que participa da sua própria história, que se constitui e é constituidor dos espaços sociais. Sobre isso, o autor argumenta que

Só o sujeito poderá decidir, dentro da complexidade de vivências e processos simbólicos produzidos nos cenários de sentido em que atua, o rumo de suas ações, as quais, desde o momento de sua decisão e durante todo o processo de consecução, se transformam em uma nova rota de produção de sentido. (González Rey, 2004a, p. 158)

Nessa perspectiva o sujeito assume um papel central, tanto nas questões de ordem individual quanto social, pois a maneira como as situações acontecem no cotidiano dos grupos sociais relaciona-se com a maneira como cada pessoa pensa, vive, sente, se manifesta, decide e encaminha suas ações. Esse processo se apresenta de maneira complexa e dinâmica, pois cada sujeito se constitui de

maneira única a partir da sua história de vida.

Tal abordagem teórica sobre o processo constitutivo do sujeito nos remete à compreensão de alguns conceitos basilares para a construção interpretativa das informações da nossa pesquisa (Gallert, 2016). Compreender o professor na perspectiva da constituição da sua subjetividade nos levou a construir hipóteses interpretativas sobre elementos que participavam da sua configuração subjetiva, sobre a qual González Rey (2005a) argumenta o seguinte:

[...] a categoria de configuração não se define por conteúdos universais, nem por processos únicos de caráter universal, senão que constitui um núcleo dinâmico de organização que se nutre de sentidos subjetivos muito diversos, procedentes de diferentes zonas de experiência social e individual. Precisamente, considero que o valor heurístico desta categoria está em sua elevada flexibilidade, e no fato de representar um elemento que se constitui no funcionamento de um sistema, pois as configurações são um elemento de sentido dentro do comportamento atual de um sistema subjetivo, seja este social ou individual e, ao mesmo tempo, podem alterar sua forma de organização ante a emergência de sentidos e configurações que passam a ser dominantes dentro do momento atual da ação do sistema. (González Rey, 2005a, p. 203-204)

Nessa perspectiva, nossa pesquisa não teve a pretensão de abarcar a compreensão da totalidade da configuração subjetiva do professor com quem realizamos o estudo de caso. Isso porque o dinamismo, a fluidez e a flexibilidade da maneira como os sentidos subjetivos são produzidos e organizam-se provisoriamente no sistema da configuração subjetiva nos possibilita compreender parcialmente esse processo. Assim, a compreensão dos sentidos subjetivos enquanto “unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções

num mesmo sistema, no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro” (González Rey, 2005a, p. 127), se apresenta como um processo complexo no estudo da subjetividade.

Na compreensão desse sistema, convém destacar que há uma relação indissociável entre os sentidos subjetivos e a configuração subjetiva. Os sentidos subjetivos, enquanto unidades simbólico-emocionais, são produzidos, elaborados e reelaborados continuamente pelo sujeito, de maneira consciente e inconsciente, sem que haja uma intencionalidade nesse processo (González Rey, 2005b). Sua constituição é fluída, dinâmica, imprevisível e provisória, sendo praticamente impossível ao pesquisador precisar exatamente quais são os sentidos subjetivos de um sujeito.

Entretanto, esse processo em constante movimento alcança certa estabilidade na constituição da subjetividade ao configurar-se enquanto núcleos subjetivos, os quais possibilitam a compreensão de produções subjetivas do sujeito em relação a certas circunstâncias que emergem no estudo de um caso. Assim, a organização sistêmica e processual desses núcleos nos indica a compreensão da *configuração subjetiva*, a qual apresenta uma estabilidade temporária e processual (González Rey, 2005b). Isso porque as circunstâncias da vida social podem provocar processos de mudança nos núcleos subjetivos que a constituem, reconfigurando o sistema subjetivo. González Rey (2005a) explica esse processo argumentando que:

As configurações subjetivas seriam as responsáveis pelas formas de organização da subjetividade como sistema, e elas são relativamente estáveis por estarem associadas a uma produção de sentidos subjetivos que antecede o momento atual da ação do sujeito e que pressiona a produção de sentidos de qualquer ação nova em termos da organização

do sistema. No entanto, a produção atual de sentidos subjetivos, que caracteriza os diferentes instantes da vida do sujeito dentro de seus diversos campos de atividade, nunca está determinada, a priori, desde a natureza da configuração subjetiva. Toda produção de sentidos subjetivos é o resultado da tensão entre os sentidos que aparecem no percurso da ação do sujeito e os sentidos que antecedem esse momento, a partir das configurações subjetivas implicadas em cada situação concreta dessa ação. (González Rey, 2005a, p. 35)

Assim, depreendemos da argumentação do autor, que esse processo não acontece de maneira isolada ou somente dentro da estrutura psicológica do sujeito. Ao invés disso, os processos subjetivos acontecem imbricados na relação indissociável entre o social e o individual, pois o sujeito é um ser social, histórico e cultural. Nessa perspectiva, González Rey (2013b) amplia a discussão da sua teoria apresentando os conceitos de *subjetividade social* e *subjetividade individual*, os quais se constituem mutuamente em processos contínuos de recursividade, ou seja,

Essa tensão permanente entre o indivíduo e os processos institucionalizados de sua vida social é a que apresentamos em nosso trabalho como a relação entre a subjetividade social e individual, onde uma nunca é externa a outra, emergindo de múltiplas maneiras, uma constituinte da outra, processo que acontece de forma singular tanto nos espaços sociais afetados por essas dinâmicas como nas pessoas que compartilham suas práticas no interior desses espaços. (González Rey (2013b, p. 182).

A compreensão desses dois conceitos, constituintes e constituidores das pessoas e das relações vividas nos espaços sociais, de maneira processual e recursiva, reafirmam o entendimento do sujeito enquanto ser humano situado no

seu contexto social, histórico e cultural. Assim, “a subjetividade individual indica processos e formas de organização da subjetividade que ocorrem nas histórias diferenciadas dos sujeitos individuais. Portanto, ela delimita um espaço de subjetivação que contradiz e de forma permanente se confronta com os espaços sociais de subjetivação” (González Rey, 2002, p. 141). E a subjetividade social “apresenta-se nas representações sociais, nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços em que vivemos etc. e está atravessada pelos discursos e produções de sentido que configuram sua organização subjetiva” (González Rey, 2005b, p.24).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que cada espaço de interação e de atividade humana se constitui por uma subjetividade social específica, pois neles atuam pessoas com subjetividades individuais singulares e únicas, as quais, no convívio com os demais, articulam-se recursivamente. Além disso, a subjetividade social se constitui de maneira diversa também em virtude das razões pelas quais as pessoas se reúnem, pois o mesmo grupo configura-se subjetivamente de maneiras diversas dependendo da situação que, em conjunto, está vivendo. As ações dos sujeitos, em um momento e local concretos, expressam suas experiências anteriores e atuais vividas em outros espaços sociais, evidenciando sua historicidade, processualidade e complexidade.

5 CONCLUSÃO

Por fim, concluindo a discussão teórica, destacamos o quanto a compreensão sistêmica dos conceitos que constituem a Teoria da Subjetividade evidencia a complexidade e originalidade da construção desenvolvida por González Rey. Uma teoria aberta e em desenvolvimento, que nos possibilita uma abordagem científica coerente no estudo

dos desafios vividos pelo professor no contexto educacional do nosso momento histórico, bem como de outros temas complexos.

Em nossa pesquisa, além de outras sínteses conclusivas, depreendemos que constituir-se como um professor que vive a docência na perspectiva analítica e teórica do conceito de sujeito, articula-se com produções subjetivas que o docente elabora no curso da sua trajetória, incluindo nesse processo o valor que a profissão tem na sua vida. Tais produções subjetivas, que são únicas e singulares em cada pessoa, potencializam no professor o enfrentamento das adversidades do cotidiano e mobilizam a tomada de decisões em relação às intervenções pedagógicas que realiza, tendo em vista captar os seus alunos e possibilitar que eles também se constituam como sujeitos.

Tal compreensão evidencia também a complexidade da subjetividade humana, pois a análise superficial da maneira como uma pessoa se posiciona não permite concluir sobre sua emergência enquanto sujeito. Faz-se necessário uma análise aprofundada de diversas situações atuais e históricas da vida de uma pessoa, que a constituem no seu momento presente, para que possamos compreender os elementos subjetivos que configuram sua subjetividade, um processo construtivo-interpretativo que demanda a elaboração de processos de inteligibilidade por parte do pesquisador.

REFERÊNCIAS

- COELHO, Cristina Massot Madeira. Sujeito, linguagem e aprendizagem. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. **A complexidade da aprendizagem: destaque ao Ensino Superior**. Campinas, SP: Alínea, 2009.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GALLERT, Adriana Ziemer. Proletarização do trabalho docente e suas implicações na subjetividade dos professores. *In*: SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, 10., 2013, Palmas, TO. **Anais [...]**. Palmas, TO: UFT, 2013.

GALLERT, Adriana Ziemer. A complexa constituição subjetiva das relações sociais entre professores e equipe gestora. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO – ENDIPE, 17., 2014, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UECE, 2014.

GALLERT, Adriana Ziemer. **A constituição subjetiva do professor enquanto sujeito da sua ação**. 2016. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/22065/1/2016_AdrianaZiemerGallert.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa. A constituição da subjetividade do professor: um processo em permanente formação. *In*: QUADROS, Cristiane ; ROLIM, Carmen Lucia Artioli ; MÁRON, José Ramiro Lamadrid. (Org.). **Práticas Pedagógicas: construções do fazer docente**. Goiânia: Kelps, 2012.

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa. A compreensão do professor sobre as responsabilidades da sua profissão no atual contexto. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 6.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2015, Canoas. **Anais [...]**. Canoas: ULBRA, 2015.

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa . Escolha profissional e perspectivas de futuro na docência: uma análise a partir da subjetividade dos professores.. *In*: I Encontro Internacional sobre a Formação Docente para a Educação Básica e Superior; VI Encontro InterRegional Norte,

Nordeste e Centro-Oeste sobre Formação Docente para a Educação Básica e Superior, 2015, Brasília – DF. **Anais do VI Encontro Inter-Regional Norte, Nordeste e Centro-Oeste sobre Formação Docente para a Educação Básica e Superior e do I Encontro Internacional sobre a Formação Docente para a Educação Básica e Superior**, 2015b.

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa . Escolha profissional e perspectivas de futuro na docência: uma análise a partir da subjetividade dos professores. **Revista Observatório**, v. 2, p. 419-441, 2016a

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa. Processos subjetivos de professores em sua ação pedagógica. *In*: Daniel Magalhães Goulart; Raquel de Alcântara Maragno Molina. (org.). **Educação escolar e subjetividade: desafios contemporâneos**. Estados Unidos: GlobalSouth, 2016b, p. 175-205.

GALLERT, Adriana Ziemer; TACCA, Maria Carmen Vilella da Rosa; MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns; SCOZ, Beatriz Judith Lima . A dimensão pessoal na formação docente: por que? Para que? Como?. *In*: XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2010, Belo Horizonte – MG. **Anais do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**, 2010.

GAULEJAC, Vincent de; TAKEUTI, Tradução de Norma Missae. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. **Revista Cronos**, Natal, RN v. 5/6, n. 1/2, p. 59-77, jan./dez. 2004/2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3233>>. Acesso em: 28 out. 2024.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Epistemología cualitativa y subjetividad**. São Paulo: EDUC, 1997.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: Caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **O social na psicologia e a psicologia social**: a emergência do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In: SIMÃO, Lívia Mathias; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina (org.). **O outro no desenvolvimento humano**: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004b.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005a.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In: GONZÁLEZ REY, Fernando (org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005b.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Epistemología y ontología: un debate necesario para la Psicología hoy. **Revista Diversitas** – Perspectivas en Psicología. Bogotá, Colômbia, v.5, n.2, p. 205-224, 2009a. Disponível em: http://www.usta.edu.co/otraspaginas/diversitas/doc_pdf/diversitas_9/vol.5no.2/articulo_1.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos

de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **El pensamiento de Vigotsky**. Contradicciones, desdoblamientos y desarrollo. México: Trillas, 2011.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva histórico-cultural. **Revista Ecos**. Cáceres – MT, v.2, n. 2, p. 167-185, 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1023/714>. Acesso em: 9 jul. 2016.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. La subjetividad en una perspectiva cultural-histórica: avanzando sobre un legado inconcluso. **Revista CS**. Cali, Colômbia. n. 11, p. 19-42, jan.-jun. 2013. Disponível em: http://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/revista_cs/article/view/1565. Acesso em: 28 out. 2024.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Ideias e modelos teóricos na pesquisa construtivo-interpretativa. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; NEUBERN, Maurício; MORI, Valéria D. (orgs.) **Subjetividade contemporânea**: discussões epistemológicas e metodológicas. Campinas, SP: Alínea, 2014.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. Una epistemología para el estudio de la subjetividad: sus implicaciones metodológicas. **Psicoperspectivas**: individuo y sociedad. Chile, v.15, n.1, p. 5-16, 2016. Disponível em: <http://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/667>. Acesso em: 10 jul. 2016.

LAROUSSE CULTURAL. **Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Psicologia, educação e aprendizagem escolar**: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica. São Paulo: Cortez, 2017.

MORIN, Edgar. **O método 4**: as ideias. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MORIN, Edgar. **O Método 5**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 1999.

ROSSATO, Maristela; MARTINS, Luiz Roberto Rodrigues; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. A construção do cenário social da pesquisa no contexto da Epistemologia Qualitativa. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; NEUBERN, Maurício; MORI, Valéria D. (org.) **Subjetividade contemporânea**: discussões epistemológicas e metodológicas. Campinas, SP: Alínea, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TOMANIK, Eduardo A. O sujeito humano e o conhecimento: constituição psicossocial e complexidade. In: TOMANIK, Eduardo A.; CANIATO, Angela Maria Pires; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (org.). **A constituição do sujeito e a historicidade**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?**: iguais e diferentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. Convite. In: TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si**: diálogo sobre o sujeito. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. **A busca de si**: diálogo sobre o

sujeito. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Obras escogidas**, Tomo III. Madrid: Ed. Visor, 1983.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Obras Escogidas V**: Fundamentos de defectologia. Madrid: Visor Dis, 1997.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.



ADRIANA ZIEMER GALLERT

Doutora e Mestre em Educação pela UnB – Universidade de Brasília; Especialista em Investigação Científica e em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação, pela ULBRA – Universidade Luterana do Brasil; Pedagoga pela UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Professora Universitária e Consultora Educacional.

NOTAS

¹Os resultados da pesquisa foram divulgados em outras publicações (Gallert, 2013, 2014; Gallert, Tacca, 2012, 2015a, 2015b, 2016a, 2016b; Gallert, Tacca, Martínéz, Socz, 2010).

²Convém explicar que o livro “A busca de si: Diálogo sobre o sujeito” é o registro de diálogos de Khosrokhavar com Touraine sobre a sua construção teórica em relação ao conceito de sujeito. Assim, a obra apresenta a teoria construída por Touraine, porém na referência bibliográfica os dois autores são citados em virtude de que o livro foi elaborado por ambos.

³Para conhecer a biografia de Fernando González Rey e a sua produção teórica, indicamos a consulta ao site <https://www.fernandogonzalezrey.com/>